

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

RAÍDA VENCESLAU DE OLIVEIRA RODRIGUES

**A NOVA GESTÃO PÚBLICA VISTA A PARTIR DE UMA AVALIAÇÃO
CURRICULAR DOS ALUNOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA UFRN**

NATAL, RN

2013

RAÍDA VENCESLAU DE OLIVEIRA RODRIGUES

**A NOVA GESTÃO PÚBLICA VISTA A PARTIR DE UMA AVALIAÇÃO
CURRICULAR DOS ALUNOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA UFRN**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Coordenação do Curso de Graduação de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: João Paulo Damásio Sales; Prof.

NATAL, RN

2013

Catálogo da Publicação na Fonte.
UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA

Rodrigues, Raída Venceslau de Oliveira.

A nova gestão pública vista a partir de uma avaliação curricular dos alunos do curso de administração da UFRN/ Raída Venceslau de Oliveira Rodrigues. – Natal, RN, 2013.

56f. : il.

Orientador: Prof^o. João Paulo Damásio Sales.

Monografia (Graduação em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Administrativas.

1. Nova gestão pública – Monografia. 2. Ensino superior - Administração – Monografia. 3. Formação do administrador – Monografia. I. Sales, João Paulo Damásio. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

Raída Venceslau de Oliveira Rodrigues

**A NOVA GESTÃO PÚBLICA VISTA A PARTIR DE UMA AVALIAÇÃO
CURRICULAR DOS ALUNOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA UFRN**

Monografia apresentada à Coordenação do curso de Administração a distância da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, composta pelos seguintes membros:

Monografia apresentada e aprovada em 18/06/2013 pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. João Paulo Damásio Sales

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Orientador

Prof.^a Maria da Penha M. de Medeiros, M. Sc.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Membro

Prof.^a Maria Teresa Pires Costa, D.Sc.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Membro

Dedico esse trabalho a meu esposo, companheiro e amigo, Lenilson Júnior, pelo apoio incondicional, paciência e carinho que sempre me dedicou para concluir esse desafio.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho não seria possível sem a ajuda de algumas pessoas queridas. Por isso, ofereço meus sinceros agradecimentos:

Agradeço primeiramente a Deus por reservar a minha pessoa todos estes acontecimentos maravilhosos;

Agradeço em especial ao meu pai José Venceslau, pelos conselhos, carinho, amor que me dedicou em vida;

Agradeço ao meu esposo Lenilson Júnior, a qual sempre me apoiou e acreditou em mim;

Agradeço as minhas irmãs Rejane, Rosiane e Regina, pelo fato de sempre estarem ao meu lado em todos os momentos de minha vida;

Agradeço aos meus sobrinhos Gabriela, João Paulo e José Romero Júnior que colaboram também com esse trabalho;

Agradeço também aos meus amigos pelo apoio e orientações quando solicitei além dos conselhos e palavras de carinho, conforto e superação;

Agradeço ao meu professor orientador João Paulo Damásio Sales que, em um mar de dúvidas e incertezas, ajudou-me neste árduo trabalho;

Agradeço aos profissionais que depuseram do seu tempo para não só responder aos questionários, mas pelo carinho, acolhida e socialização dentro da instituição;

Agradeço a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, aos funcionários e docentes, ou seja, agradeço a todos os que fazem parte dessa instituição pelo trabalho e ensinamentos depositados nesta jornada que está apenas se iniciando;

Enfim, todo este trabalho é dedicado a vocês, pessoas que, de maneira direta ou indireta, contribuíram significativamente para meu desenvolvimento enquanto aluno e, principalmente, enquanto pessoa.

“A prudência transcendente em todas as situações. Trata-se da primeira e mais importante regra no agir e falar, tanto mais importante quanto maior e mais elevada à posição. Um grama de prudência vale mais que uma arroba de habilidade. É melhor o caminhar seguro do que cortejar o aplauso vulgar. A reputação de prudência constitui o triunfo máximo da fama. Bastará satisfazer os sensatos, cuja aprovação é a pedra de toque do sucesso.”

Baltasar Gracián

RESUMO

A Nova Gestão Pública é uma realidade em diversos países como EUA, Inglaterra, Nova Zelândia e outros onde foi promovida a reforma do Estado. Aqui no Brasil, Bresser Pereira ministro no Governo de Fernando de Henrique Cardoso em 1995, promoveu essa reforma a partir do Plano Diretor de Reforma Administrativa do Estado. Assunto que é realidade na atual administração pública, a NGP, traz práticas do setor privado para serem implementadas na gestão pública. Sendo essa uma temática de grande importância para os estudantes do curso de Administração que veem uma oportunidade de carreira no setor público. Desse modo o presente trabalho apresenta como objetivo identificar como os estudantes da graduação do curso de Administração da UFRN avaliam a importância da Nova Gestão Pública para sua formação. O interesse em elaborar este trabalho, é de contribuir para reflexões sobre o peso de disciplinas com foco em pública, enfatizando assim, o trabalho já em andamento no qual é atualizar a grade curricular do curso de Administração para a Administração Pública. Contribui também, ao enfatizar a importância da formação bem trabalhada de futuros gestores por essa instituição, para com a sociedade de forma geral. O trabalho caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e descritiva e foram aplicados questionários com os alunos egressos de 2012.2 e os concluintes de 2013.1 do curso de Administração da UFRN. Concluiu-se como resultado final, que a percepção dos concluintes, com relação à presença das disciplinas de pública na Estrutura Curricular do curso foi avaliada como muito importante, além da compreensão dos concluintes quanto a temática da Nova Gestão Pública para a parcela dos estudantes que pretende seguir carreira pública.

Palavras-Chave: Nova Gestão Pública; Ensino Superior; Administração Pública.

ABSTRACT

The New Public Management is a reality in many countries such as USA, England, New Zealand and others where she was promoted to state reform. Here in Brazil, Bresser Pereira minister in the government of Fernando Henrique Cardoso in 1995, promoted the reform from the Master Plan for State Administrative Reform. Subject reality is that the current administration, NGP, brings private sector practices to be implemented in public management. This being a topic of great importance for students of Administration who see a career opportunity in the public sector. Thus the present work aims to identify how students graduation Administration course UFRN assess the importance of the New Public Management for its formation. The interest in producing this work is to contribute to reflections on the weight of disciplines focusing on public, thus emphasizing the work already underway in what is updating the curriculum of the course of Directors for Public Administration. Contributes also to emphasize the importance of training future managers crafted by that institution to the society in general. The work is characterized as an exploratory and descriptive and questionnaires were administered to students graduating from 2012.2 and 2013.1 of the graduates of the course of Directors UFRN. Concluded as the final result, that the perception of graduates with respect to the presence of the disciplines of public in Curriculum course was evaluated as very important, beyond the comprehension of graduates as athematic New Public Management for the portion of students who want following public career.

Keywords: New Public Management, Higher Education, Public Administration.

SUMÁRIO

1 PARTE INTRODUTÓRIA	13
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA	13
1.2 OBJETIVOS	14
1.2.1 Objetivo Geral	14
1.2.2 Objetivos Específicos	14
1.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 AS TRÊS FORMAS DE ADMINISTRAÇÃO	16
2.1.1 A Administração Pública Patrimonialista	16
2.1.2 A Administração Pública Burocrática	17
2.1.3 Administração Pública Gerencial	18
2.2 CONCEITO DO ESTADO	18
2.2.1 Estado Herdado e Estado Necessário	19
2.2.2 Reforma do Estado	20
2.3 ANÁLISES DO PLANO DIRETOR DE BRESSER PEREIRA (PDRAE)	21
2.4 GESTÃO PÚBLICA NO BRASIL	22
2.5 A NOVA GESTÃO PÚBLICA	23
2.5.1 Origem da NGP	24
2.5.2 Conceitos da NGP	25
2.5.3 Aplicação da NGP	26
2.5.4 Características e Fundamentos da Nova Gestão Pública	27
2.6 CONTROVÉRSIAS SOBRE A NGP	28
2.7 ENSINO SUPERIOR EM ADMINISTRAÇÃO	29
2.7.1 Administração: definição	29
2.7.2 Historicidade do curso de administração	30
2.7.3 O ensino em Administração	30
2.7.4 Formação do Administrador	31
3- METODOLOGIA DA PESQUISA	33
3.1 TIPO DE PESQUISA	33
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA	34

3.3 INSTRUMENTO DE PESQUISA	35
3.4 COLETA DE DADOS	36
3.4.1 Teste Piloto	36
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	37
4.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS	37
4.2 AVALIAÇÃO DAS DISCIPLINAS FOCADAS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	38
4.2.1 Satisfação quanto à quantidade de disciplinas com foco na Administração Pública	39
4.2.2 Avaliação quanto às disciplinas de Administração Pública	39
4.2.3 Avaliação dos fundamentos básicos abordados pela Nova Gestão Pública	42
4.3 QUESTÃO SOBRE OS CONCEITOS DA NOVA GESTÃO PÚBLICA	44
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	
APÊNDICE	

APRESENTAÇÃO

O mundo da tecnologia muda muito rápido. Assim como o ritmo do desenvolvimento econômico vem evoluindo ao longo dos séculos, também as relações econômicas e sociais tornam-se cada vez mais complexas. É então nesse contexto, que se espera que as instituições públicas mudem. O Estado se mostra como uma instituição ineficiente e demasiado lenta ao reagir às necessidades dos cidadãos e as mudanças do meio onde se insere. Além disso, é acusado de prejudicar o desenvolvimento e o crescimento econômico.

Sem romper com muitos dos princípios da Administração Tradicional, a Nova Gestão Pública avança seu conceito de gestão com base na introdução de mecanismos de mercado, na adoção de ferramentas de gestão privada, na promoção de competição entre fornecedores de bens e serviços públicos, na expectativa da melhoria do serviço para o cidadão, no aumento da eficiência e na flexibilização da gestão.

É nesse contexto que o presente trabalho visa analisar a percepção dos estudantes do curso de Administração da URFN a partir de uma avaliação curricular no que se refere à temática da Nova Gestão Pública para a profissionalização do Gestor Público. A presente pesquisa está dividida em cinco capítulos:

No primeiro deles é apresentada a parte introdutória, em que consta a apresentação do trabalho, a contextualização e problema da pesquisa, o objetivo geral, os objetivos específicos e a justificativa do estudo;

O capítulo seguinte apresenta a revisão da literatura, onde são abordados as formas de Administração, o conceito de Estado, o Plano Diretor, o Plano Diretor de Reforma Administrativa do Estado, a Gestão Pública no Brasil, a Nova Gestão Pública e suas controvérsias;

O terceiro capítulo aborda a metodologia utilizada na pesquisa, abordando a caracterização da pesquisa, a população e amostra, os dados e instrumento de coleta, o tratamento estatístico e a forma de análise;

O quarto capítulo traz a Análise dos dados, que versa, sob a luz da teoria, sobre os resultados obtidos após a utilização de técnicas estatísticas aplicadas aos dados coletados;

O último capítulo trata das Conclusões e, assim como expõe também as limitações deste estudo e sugere novas pesquisas.

1 PARTE INTRODUTÓRIA

1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA

Num contexto atual, o estudo da Administração Pública nos cursos de Administração torna-se indispensável para a formação do estudante que visa à carreira pública. Sendo assim, adquirir conhecimentos nessa área é essencial na sua formação.

Hoje o nosso Estado trabalha com uma nova prática na sua gestão - Administração Pública Gerencial- também denominada de Nova Gestão Pública. Esta traz para o servidor uma realidade intrínseca à gestão do setor privado: são práticas que visam tornar a gestão pública mais competitiva diante de nova realidade econômica, tecnológica e política que a globalização traz para a nossa realidade. Este é então um conceito que deve ser bem trabalhado entre os estudantes e possíveis gestores públicos.

Sendo uma das melhores universidades federais, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte foi criada em 1958, ainda com a nomenclatura de Universidade do Rio Grande do Norte e só foi então federalizada em 18 de dezembro de 1960. É a partir de 1968, que uma reforma é realizada com o intuito de reformular sua estrutura e consolidar a atual, ou seja, o agrupamento de vários departamentos organizados em centros de acordo com a natureza dos cursos e disciplinas.

Hoje a UFRN oferta 84 cursos de graduação presencial, 9 cursos de graduação à distância e 86 cursos de pós-graduação. Sua comunidade acadêmica é formada por mais de 37.000 estudantes (graduação e pós-graduação), 3.146 servidores técnico-administrativos e 2 mil docentes efetivos, além dos professores substitutos e visitantes. O trabalho em questão é realizado no Centro de Ciências Sociais Aplicadas, sendo esse uma unidade de ensino, pesquisa e extensão, constituída por Departamentos Acadêmicos que difundem áreas específicas do conhecimento humano. Criado em criado em 13 de novembro de 1973, o CCSA concentra os Departamentos e os respectivos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em: Administração, Biblioteconomia, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Direito, Pedagogia, Serviço Social e Turismo.

O curso de Administração da UFRN trabalha com orientação tanto para a área privada quanto pública. Atualmente, traz uma nova grade curricular, que entrou em vigor no primeiro período de 2009, no qual aumentou o número de disciplinas focadas em Administração

Pública. É dentro dessa perspectiva que o presente trabalho tem como proposta avaliar como os estudantes da graduação de Administração percebem o quanto essas disciplinas os preparam para serem futuros Gestores Públicos, visto a partir das propostas expostas que a Nova Gestão Pública exige. Diante disto, a presente pesquisa pretende responder a seguinte pergunta: **Como os estudantes avaliam o conteúdo de Gestão Pública no curso de Administração da UFRN, a partir da compreensão da Nova Gestão Pública?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar como os estudantes da graduação do curso de Administração da UFRN avaliam a importância da Nova Gestão Pública para sua formação.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Verificar a percepção dos alunos sobre cada uma das disciplinas da área de Pública;
- Verificar a percepção dos alunos do curso de Administração da UFRN quanto à importância do estudo das disciplinas de Administração Pública na profissionalização de um gestor público;
- Avaliar quanto o estudante concluinte absorveu da proposta da Nova Gestão Pública.

1.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

Os problemas que a gestão da Administração Pública passou foram compartilhados por muitos países, a partir daí, surgiu um conjunto de iniciativas e de experiências inovadoras no campo da gestão pública. O conceito de Nova Gestão Pública surge como forma de unir o conjunto destas iniciativas de reforma e de modernização da Administração Pública.

A profissionalização dos servidores públicos e gestores é um requisito essencial para que a Nova gestão Pública possa ser efetivamente implantada com êxito em nosso Estado.

Desta forma, as Universidades Públicas devem ofertar essa possibilidade aos estudantes interessados em ingressar na carreira pública.

A elaboração deste trabalho, portanto, pretende contribuir para reflexões sobre o peso de disciplinas com foco em pública, enfatizando assim o trabalho já em andamento o qual é atualizar a grade curricular do curso de Administração para a Administração Pública. Contribui também, ao enfatizar a importância da formação bem trabalhada de futuros gestores por essa instituição, para com a sociedade de forma geral. Esse trabalho contribui também como um documento avaliador para o CCSA, a Coordenação do Curso de Administração da UFRN, os professores para assim analisar as disciplinas de mais aceitação ou rejeição e dessa forma planejar novas melhorias no plano de curso de cada um das seis disciplinas citadas no trabalho.

Sendo assim, o presente trabalho, visa analisar como o estudante do curso de Administração da UFRN percebe a importância da necessidade de uma boa profissionalização do serviço público e a necessidade de ter na sua grade curricular disciplinas focadas em Administração pública. Além de verificar a percepção do estudante de que a Nova Gestão Pública traz como proposta a relação da profissionalização dos servidores e gestores públicos rumo a uma administração gerencialista, baseada em práticas da administração privada, que tem seu foco na gestão por resultado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O Novo Gerencialismo Público - NPG refere-se a um conjunto de reformas inspiradas nos métodos e formas de gestão do setor privado com o intuito de modernizar e inovar as organizações e políticas públicas. Encontrada sob várias denominações, “Nova Gestão Pública” corresponde à versão em inglês *New Public Management (NPM)* ou à versão em espanhol *Nueva Gestión Pública* (Aragon, 2009). Também Novo Gerencialismo, ou Gerencialismo baseado no desempenho, Gestão pela Performance (Tinôco, 2011) e para Bresser (1995) a Administração Gerencial .

2.1 AS TRÊS FORMAS DE ADMINISTRAÇÃO

Para se compreender a evolução do que vem a ser a Nova Gestão Pública é preciso que se destaquem alguns elementos que trabalham juntos para o entendimento e construção dessa teoria. A administração pública, segundo MAFRE (1995, p.1), “evoluiu através de três modelos básicos: a administração pública patrimonialista, a burocrática e a gerencial. Estas três formas se sucedem no tempo, sem que, no entanto, qualquer uma delas seja inteiramente abandonada”. É preciso também fazer referencia sobre o Estado, Plano diretor de Bresser Pereira (PDRAE) e Gestão Pública no Brasil para chegar a uma compreensão da importância do Estudo da Nova Gestão Pública para a formação de futuros gestores.

2.1.1 A Administração Pública Patrimonialista

A importância da Administração Patrimonialista está na noção dos primeiros métodos utilizados para gerir a atividade pública. No patrimonialismo monárquico, o soberano detinha todos os poderes sobre o Estado. Essa administração serviu para que os soberanos desenvolvessem mecanismos para manter o controle sobre os patrimônios do Estado. E segundo (MAFRE 1995, p.15),

O patrimonialismo para o aparelho do Estado funciona como uma extensão do poder do soberano, e os seus auxiliares, servidores, possuem status de nobreza real. Os cargos são considerados prebendas. Em consequência, a corrupção e o nepotismo são inerentes a esse tipo de administração. No momento em que o capitalismo e a democracia se tornam dominantes, o mercado e a sociedade civil passam a se distinguir do Estado.

O patrimonialismo foi uma forma de administração onde o controle do Estado estava nas mãos da monarquia e de sua nobreza, permitindo assim a corrupção e o favorecimento de parentes na administração. As mudanças na economia, como a expansão do capitalismo e a democracia na sociedade civil, favorece a distinção entre o Estado e monarquia.

2.1.2 A Administração Pública Burocrática

É na segunda metade do século XIX, no período do Estado liberal, que surge a Administração Pública Burocrática com o intuito de combater a corrupção e o nepotismo patrimonialista. Concentrando os princípios orientadores do seu desenvolvimento, a profissionalização, a ideia de carreira, a hierarquia funcional, a impessoalidade, o formalismo, ou seja, o poder racional-legal, a Administração Burocrática, MAFRE (1995, p.15) traz “Os controles administrativos visando evitar a corrupção e o nepotismo são sempre *a priori*” para diminuir parte da desconfiança prévia nos administradores públicos e nos cidadãos que se utilizam do serviço público.

A Administração Burocrática passa assim a ser vista como uma forma de controle que garante o poder do Estado, tornando-se a razão de seu funcionamento. Como consequência, o Estado se concentra em si mesmo, perdendo assim a sua meta básica que é cuidar e servir a sociedade. (MAFRE, 1995, p.15), afirma que:

A qualidade fundamental da administração pública burocrática é a efetividade no controle dos abusos; seu defeito, a ineficiência, a auto-referência, a incapacidade de voltar-se para o serviço aos cidadãos vistos como clientes. Este defeito, entretanto, não se revelou determinante na época do surgimento da administração pública burocrática porque os serviços do Estado eram muito reduzidos. O Estado limitava-se a manter a ordem e administrar a justiça, a garantir os contratos e a propriedade.

Em outras palavras, a citação referida quer dizer que o fundamento da Administração Burocrática está no controle, além de se preocupar em manter a ordem, a justiça e o controle das propriedades. Assim, a preocupação com a eficiência foi deixada de lado juntamente com a noção de preocupação com a qualidade do serviço oferecido ao cidadão.

2.1.3 Administração Pública Gerencial

Outro ponto importante a ser tratado é a Administração Gerencial, que é o foco desse trabalho, sendo detalhado mais na frente.

A Administração Gerencial ou Nova Gestão Pública é vista como um avanço e em certa medida, um rompimento com a administração pública burocrática. Contudo, essa mudança não trata de uma anulação dos princípios da Administração Burocrática, pelo contrário, a adoção e a preservação de alguns dos princípios fundamentais apoiam a Administração Pública Gerencial com as devidas flexibilizações. Princípios esses apontados por (MAFRE, 1995, p.15), como:

A admissão de rígidos critérios de mérito, a existência de um sistema estruturado e universal de remuneração, as carreiras, a avaliação constante de desempenho, o treinamento sistemático. A diferença fundamental está na forma de controle, que deixa de basear-se nos processos para concentrar-se nos resultados, e não na rigorosa profissionalização da administração pública, que continua um princípio fundamental.

O texto que trata do Plano Diretor defende que, a carreira pública seja regida através de ascensão por merecimento, um plano de remuneração para todos, avaliação constante de desempenho como se pratica no meio privado, além de um plano de treinamento para o funcionário público se adequar bem a essa estrutura gerencial. Em outras palavras, o autor diz que a diferença da proposta do Novo Gerencialismo para a Gestão Burocrática está na forma de controle. A Nova Gestão Pública está baseada na concentração dos resultados da gestão e não na rigorosidade dos processos.

2.2 CONCEITO DO ESTADO

O Estado é outro termo que deve ser bem compreendido para o entendimento do que vem a ser a Nova Gestão Pública. O emprego do termo Estado, segundo Matias Pereira (2010), foi usado por Maquiavel no livro *O Príncipe*, trazendo uma concepção bem próxima do Estado Moderno, definindo-o como “sociedade política organizada, o que exige uma autoridade própria e de regras definidas para permitir a convivência de seus membros”. Para Peregrino (*apud* UTHWAITE e BOTTOMORE, 2009), “o Estado Moderno é constituído de

vários organismos e estruturas, tais como os poderes legislativo, judiciário e executivo e o aparato legal e normativo”.

Segundo Peregrino (*apud* HAM e HILL 2009), “O Estado é profundamente influente na vida dos cidadãos e das sociedades em geral, do nascimento à morte, o destino dos indivíduos é regulado e controlado por agências governamentais em um grau nunca visto”. E segundo Machado (2001, p. 39), “o Estado é um conjunto de instituições criadas, recriadas e moldadas para administrar conflitos e tensões dentro de um determinado território, ou seja, a noção de conflito e tensão é essencial a este Estado”. Conforme também foi descrito por Peregrino (2009), o Estado além de ser um território é também a constituição da sociedade e tem o poder de criar e monopolizar as regras a serem seguidas por todos.

2.2.1 Estado Herdado e Estado Necessário

Para explicar o que vem a ser a Nova Gestão Pública, inicialmente serão expostas algumas características da transformação do Estado Herdado para o Estado necessário.

O Estado Herdado é, na verdade, uma denominação para um formato de poder conservador. Essa configuração traz então, várias características como a prática do patrimonialismo, o clientelismo, a concentração de poder econômico e políticas por parte de alguns grupos políticos (DAGNINO, 2009).

A transição do “Estado Herdado” para o “Estado Necessário” começa então com a formação do Estado Necessário, no qual sugere que os gestores sejam capacitados, para que assim possam transformar as relações do Estado junto com a sociedade e então satisfazer as demandas da maioria da população Dagnino (2009). Ainda segundo Dagnino (2009, p.21), ele “ênfatiza que deverão atuar no sentido de transformá-lo no sentido da criação do “Estado Necessário”, entendido como um Estado capaz não apenas de atendê-las, mas de fazer emergir e satisfazer as demandas da maioria da população”.

Essa necessidade de transformação do Estado Herdado para Estado Necessário serve então de palco para que a Nova Gestão Pública possa ser implantada, mostrando assim uma tendência de evolução na administração do Estado.

2.2.2 Reforma do Estado

A reforma do Estado vem como uma tendência entre os países que adotaram a Nova Gestão Pública como novo modelo de administração. Surgindo a partir de uma necessidade de mudanças na forma de gerir o Estado, a Nova Gestão Pública surge no momento em que a crise econômica mundial alimenta o processo inflacionário e reduz a capacidade financeira dos Estados. As reformas se desencadeiam para enfrentar os desequilíbrios fiscais atribuídos à baixa eficiência dos governos. E também, propor o controle dos gastos públicos e a realização de mudanças institucionais para uma maior flexibilidade da gestão (PEREGRINO 2009).

A reforma e a modernização do Estado são vistas por Matias-Pereira (2009), como uma questão prioritária adotada por países desenvolvidos visando assim, alcançar maior eficiência e eficácia na qualidade dos serviços públicos a população.

Outra abordagem é sugerida por Sano (*apud* Kate Jenkins, 2003), o qual trata de mostrar que os estudos das reformas administrativas ocorridas no Reino Unido afirmam que os governos trabalham para combater a incompetência e a ineficiência da burocracia governamental. A autora aponta que os objetivos trabalhados ao longo da história se repetiram: melhorar o funcionamento do governo, reduzir custos, eliminar a corrupção e aumentar a eficiência. Para Peregrino (2009, p.2), “a Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) em 1995, traduzia uma política explícita instituída pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso que visava, de um lado, privatizar grandes conglomerados públicos e, de outro, introduzir mudanças no modelo da administração pública”.

Ainda segundo Peregrino (2009, p.3), “Do ponto de vista da Administração Pública, essa reforma tinha como objetivo instituir um modelo “gerencial” com duplo objetivo estratégico: criar o “controle por resultados” dessa administração e ampliar a descentralização na execução de serviços públicos”.

Conforme aborda Aragon (2009), no Brasil ao se pensar em Reforma do Estado, o PDRAE é a referência. É desse plano Diretor, elaborado por Bresser em 1995 no Governo de Fernando Henrique Cardoso, que o Estado passa formalmente a adotar a Nova Gestão Pública ou Administração Gerencial como novo modelo de gestão. A reforma foi então, o ponto de partida para o governo federal implantar um novo modelo de administração para o país: o modelo gerencial.

2.3 ANÁLISES DO PLANO DIRETOR DE BRESSER PEREIRA (PDRAE)

A atual reforma do Estado acontece a partir da elaboração do Plano Diretor de Reforma Administrativa do Estado o PDRAE, idealizado em 1995, pelo então ministro Luiz Carlos Bresser Pereira.

Elaborado pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado no Governo de Fernando Henrique Cardoso, depois de ampla discussão, aprovado pela Câmara da Reforma do Estado e submetido ao Presidente da República, o Plano diretor foi concebido pelo ministro Bresser Pereira no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso que aprovou por fim o Plano Diretor da Reforma do Estado (MAFRE, 1995).

A necessidade de um plano diretor veio a partir da intenção de se promover uma Reforma do Estado, onde vários fatores se direcionaram para esse fim. O MAFRE (1995) traz então, uma proposta de dar condições de recriar a administração pública, já que a crise brasileira da última década também afetou muito o Estado. Segundo o PDRAE - Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, esse documento foi elaborado por que,

O modelo de administração desenvolvido nos Governos anteriores acarretou em uma gradual deterioração dos serviços públicos, a que recorre, em particular, a parcela menos favorecida da população, o agravamento da crise fiscal e, por consequência, da inflação. Ainda nesse sentido, a reforma do Estado passou a ser instrumento indispensável para consolidar a estabilização e assegurar o crescimento sustentado da economia. Somente assim será possível promover a correção das desigualdades sociais e regionais. (MAFRE, 1995, p.6)

O PDRAE traz objetivos e estabelece diretrizes para a reforma da administração pública brasileira, com a intenção de promover uma mudança substancial na forma de se administrar o setor público. Sendo assim, a administração pública gerencial é a que o plano diretor recomenda, ela está baseada em conceitos atuais de administração e eficiência, voltada para o controle dos resultados e descentralizada para poder atingir de forma eficaz o cidadão (MAFRE, 1995).

O autor do Plano Diretor defende que a intenção desse plano é de tornar viável a implementação de uma administração pública de modelo gerencial, em que é preciso reorganizar as estruturas da administração de forma a tratar pontualmente a profissionalização do servidor, o qual passaria a receber salários mais justos para todas as funções. Sendo essa uma prática já adotada em alguns países desenvolvidos e em desenvolvimento, a intenção é

modificar a visão que os servidores possuem de suas funções, adotando uma nova percepção de que o seu trabalho deve ser um serviço eficiente e eficaz para a sociedade.

O Plano Diretor da Reforma do Estado é então o veículo que possibilitou a Reforma do Estado para implantar um novo modelo de gerenciá-lo, e partindo assim para uma prática focada na busca pela eficiência e eficácia no setor público com uso de elementos que tem a lógica no setor privado.

2.4 GESTÃO PÚBLICA NO BRASIL

Para se chegar ao uso da Nova Gestão Pública, a gestão no Brasil teve períodos significativos que permitiu o amadurecimento dessa proposta até a sua efetivação a partir do PDRAE.

A Gestão pública brasileira passou por um processo histórico ao longo de sua construção. Até 1930, o Estado brasileiro esboçou somente algumas tentativas de implantar a burocracia com as teorias de Max Weber, na qual se abordava que uma organização deve ser estruturada com funções definidas, ter seus atos formalizados, ter regulamentos e decisões com autoridade e hierarquia. Deve ser estruturada também, com deveres e direitos estabelecidos para os funcionários, os quais tinham salários pré-definidos e escalonados, além de relativa estabilidade e pensões. Na reforma empreendida pelo Governo Vargas, este visava adotar no Estado instrumentos que facilitassem sua performance gerencial, começando pela gestão dos recursos humanos e orçamentários (PEREGRINO 2009).

É a partir do governo de Collor que reformas passam a ser discutidas e introduzidas de forma bastante incipiente, com algumas privatizações e caçam aos “marajás”, os quais foram considerados os principais responsáveis pelas grandes mazelas do Estado. No Governo de Itamar Franco, a grande mudança foi o Plano Real. Contudo, é a partir de 1995 que se pode vislumbrar uma nova realidade no Estado Brasileiro. É no governo de Fernando Henrique que a reforma do Estado é formulada a partir de uma gestão com traços empreendedores, além de uma maior cooperação entre o público e privado (SOUZA, 2001).

Deste modo, é nos quatro primeiros anos do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso que a reforma do Estado foi executada em nível Federal, no MARE – Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, um ministério criado especificamente para este fim (SANTOS; KAMIMURA, 2009).

Com a extinção do MARE, a reforma passou a ser realizada pelo Ministério do Planejamento e Gestão, acompanhado dos Estados e municípios. O objetivo da reforma de 1995 foi, além de construir um aparelho estatal dinâmico, eficiente e forte, oferecer ao cidadão mais serviços com maior eficiência e qualidade. Perseguiu-se ainda, a redução de custos ao mesmo tempo em que se diminuía as rotinas de trabalho, simplificando-as e estabelecendo metas e indicadores de desempenho de satisfação do cidadão. No governo de Fernando Henrique era fundamental racionalizar o gasto público. E assim, dos Governos de Getúlio Vargas, passando por Collor de Melo, Itamar Franco até chegarmos ao Governo de Fernando Henrique Cardoso, percebe-se uma evolução da administração que culmina para a Nova Gestão Pública (SANTOS; KAMIMURA, 2009).

2.5 A NOVA GESTÃO PÚBLICA

Para que se compreenda o que vem a ser a Nova Gestão Pública é preciso explicar sobre sua origem, conceitos, aplicação e fundamentos. É a partir desses pontos que se pode então, formular uma visão, uma percepção da importância dessa temática para a formação de futuros gestores públicos, visto que essa abordagem traz uma proposta que está bastante ligada com a atuação e capacitação do funcionalismo público.

É no início dos anos 80, em plena expansão da globalização, que aconteciam discussões sobre o papel do Estado na economia e na sociedade. Debatia-se sobre o fim do papel do Estado como promotor e agente ativo do processo econômico e social, e também a preservação do papel do Estado como agente intervencionista na economia e promotor e executor de políticas sociais, o chamado “Estado do Bem Estar Social” (PEREGRINO, 2009).

O autor Sano (*apud* TENÓRIO e RIBEIRO, 2000: 6; GALVÃO, 2003, p. 25) traz pontos que confirmam a necessidade de uma profissionalização dos servidores para melhor atender o cidadão usuário do serviço público, ponto defendido pela NGP,

A Constituição de 1988, embora para alguns autores represente um retrocesso do ponto de vista administrativo, tornou mais profissional a administração e também promoveu a descentralização dos serviços sociais para as esferas subnacionais, aumentando a responsabilidade de Estados e municípios na execução de atividades antes conduzidas diretamente pela União. Esta mesma Constituição confere um novo status para o cidadão que, de papel de coadjuvante, passa a exercer a de sujeito no processo de decisão envolvendo a *res* pública, tornando-o, dessa maneira, também responsável pela busca de soluções para os problemas coletivos.

Entender a NGP e sua importância são um ponto fundamental para os novos gestores públicos ou os aspirantes ao trabalho na área pública, pois sendo esta uma nova realidade que atua desde a esfera federal para a estadual e municipal, são estes os ambientes onde atuam o funcionalismo público para se por em prática as teorias que esse novo modelo administrativo traz.

2.5.1 Origem da NGP

Em toda a literatura que aborda a NGP, todos os autores pesquisados concordam com o momento e os locais onde esse movimento culminou como uma reforma necessária para o Estado. A origem da Nova Gestão Pública foi difundida nos anos 80 e 90 tendo se originado nos países anglo-saxões, e foi adaptada por diversos países ocidentais com o intuito de modernizar o setor público. Esse modelo refere-se então, a um conjunto de reformas inspiradas nos métodos e formas de gestão do setor privado.

A Origem da Nova Gestão Pública surge com a crise e o declínio do conceito de bem-estar social (*welfare state*), no final da década de 1970, onde a administração pública em todo o mundo começou um processo de transformação e ajustamento a uma nova ordem político-administrativa. Este movimento iniciou-se de forma mais efetiva nos países anglo-saxônicos, tais como: Estados Unidos, Inglaterra, Austrália e Nova Zelândia. Contudo, foi na Inglaterra de Margareth Thatcher e nos Estados Unidos de Ronald Reagan, que a Nova Gestão Pública foi mais incisiva ao propor uma reforma com base nos princípios que governam os negócios privados (PEREGRINO, 2009).

Junquilha (2010, p.58) também fala do surgimento da Nova Gestão pública como sendo um “um movimento de reforma do Estado denominado, na literatura internacional, de Nova Gestão Pública, que propunha a adoção de princípios de gestão empresarial nas máquinas estatais em regiões como o Reino Unido, os Estado Unidos, a Nova Zelândia e a Austrália”. Os autores Siqueira ((2009) e Aragon (2006), também afirmam que é a partir do início dos anos 80 que a NGP emerge. Inicialmente, ela surge nos países anglo-saxônicos como a Nova Zelândia e no Reino Unido e também na Europa Continental, além dos Estados Unidos, todos focando sua reforma na prática e revisão da eficiência do setor público.

Conforme descrevem Santos e Kamimura (2009), a reforma no Brasil foi fortemente influenciada pela experiência dos EUA e da Inglaterra. Ainda segundo as autoras, a reforma partiu do âmbito do executivo federal. Foi criado um ministério específico para conduzi-la, o

Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado-MARE os quais se apresentam muitas similitudes, porém também diferenças, adaptações e especificidades nacionais.

Em todos os países citados, o que culminou na discussão sobre uma nova forma de gerir a prestação de serviço por parte da Administração Pública, foi a crescente exigência da população por uma reforma significativa e que atuasse de forma eficiente e eficaz para o cidadão.

2.5.2 Conceitos da NGP

Conceituar de forma incisiva a Nova Gestão Pública não é tarefa fácil, já que apesar do teor da teoria ser o mesmo, cada país onde a reforma foi feita tratou de intensificar a teoria para suas necessidades. Sendo assim, ainda mantendo a ideia central que é uma gestão com práticas voltadas para as do setor privado, os autores definem a Nova gestão a partir da ótica social, econômica e até filosófica segundo a atualidade.

A Nova Gestão Pública ou a Nova Administração Gerencial é tratada como novo modelo de gestão administrativa. Ela se orienta predominantemente pelos valores da eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos e pelo desenvolvimento de uma cultura gerencial nas organizações MAFRE (1995). Para Junquilha (2010, p. 56), “o termo Nova Gestão Pública, na literatura nacional, traduz a expressão inglesa New Public Management. Ambas significam, na literatura internacional, as reformas do Estado a partir dos anos 1970, baseadas na corrente gerencialista do pensamento administrativo”.

Tratada também como um conjunto de argumentos e filosofias administrativas, a Nova Gestão Pública (NGP) é aceita em determinados contextos e propostas como novo paradigma de gestão pública que surgiu a partir da emergência dos temas crise e reforma do Estado nos anos 80 Martins (2004). Para o autor Rodrigues (2005), a NGP procura definir a relação entre o cidadão e o serviço público de forma similar àquelas que ocorrem praticadas no mercado devendo ser conduzida nos mesmo moldes. Já Peregrino (2005), defende que o conceito da Nova Administração Pública foi construído num contexto social e ideológico, segundo os moldes desenvolvidos no Reino Unido, Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia.

Numa outra definição, o autor Rodrigues (2005) é mais detalhista ao dizer que a NGP se baseia de forma prática e direta na introdução de mecanismos e ferramentas utilizados na gestão privada, para as melhorias nos problemas de eficiência da gestão pública, além de se

pautar na ideia de melhorar o serviço público para o cidadão, enquanto Aragon (2006) é bem direto ao dizer que a NGP imita as práticas gerenciais do setor privado.

É preciso entender que a Nova Gestão Pública traz elementos novos, ainda que oriundos do setor privado, mas que são novos para a dinâmica do setor público. Ela traz uma união entre elementos da administração pública tradicional que se pauta pela racionalidade da eficiência e economicidade e da administração privada que tem foco no resultado (SIQUEIRA, 2009).

2.5.3 Aplicação da NGP

A Nova Gestão Pública, como modelo de gestão focaliza uma prática em torno da eficiência da gestão pública, é um modelo no qual se procura organizar e trabalhar, de maneira gerencial, a Administração Pública. Uma maneira de visualizar a aplicação da NGP segue abaixo em um quadro trazendo algumas das orientações e características que esse modelo defende segundo o autor (ROGRIGUES, 2005).

Figura 1 – Orientações que traz a Nova Gestão Pública

Orientação	Justificativa
1-Melhoraria no desempenho profissional	O Gestor passa a trabalhar com definição de objetivos e de indicadores de desempenho.
2-Aumento na eficiência profissional do gestor	O gestor é profissionalizado e tem liberdade de gerir
3-Orientação da Administração Pública para as necessidades dos cidadãos	Administração preocupada com a qualidade do serviço recebido pelo cidadão
4-Abrir a Administração Pública à sociedade	Ampliar o acesso do cidadão a máquina pública, ou seja, flexibilizar o acesso ao cidadão
5- Evitar o desperdício	Implantar a política de “fazer mais com menos”

Fonte: Elaborado pela autora (2013)

Essas são algumas das orientações que a Nova Gestão Pública traz para se aplicar na administração pública, visando melhorar o desempenho do serviço prestado pelo Estado bem como a busca para melhoria do desempenho dos gestores públicos.

2.5.4 Características e Fundamentos da Nova Gestão Pública

Esse modelo de gestão traz algumas características e fundamentos que ajudam a elucidar o conceito da NGP. O autor Rodrigues (2005, p. 5,1) aponta que “quanto maior e melhor o conhecimento técnico dos gestores, mas eficiente será a transformação da Administração Pública, gerando assim, um aumento na satisfação e no bem-estar dos cidadãos”. Desta maneira, trabalhar para atingir a criação de um Estado caracterizado por uma administração gerencial, para que ela tenha características voltadas para a eficiência e eficácia de um serviço público de qualidade. Para Rodrigues (2005) a figura abaixo traz três (3) características importantes.

Figura 2- Características da Nova Gestão Pública

Características	Significado
1-Administração ligada ao cidadão	Administração que tem foco na satisfação do cidadão
2-Administração eficiente e mais eficaz	Serviço tanto interno quanto externo rápido e bem feito
3-Administração constituída por novos atores (incluído organizações privadas e organizações sem fins lucrativos)	Novos parceiros que possam ajudar a melhorar toda a dinâmica da administração pública

Fonte: Elaborado pela autora (2013)

Já o autor Aragon (2009), aborda em sua obra os fundamentos da Nova Gestão Pública, que segundo ele pode ser sintetizado em cinco (5) pontos:

A “lógica do privado” deve ser a referência a ser seguida: aqui ele trata das práticas da gestão privada que focaliza na eficiência e eficácia das tarefas, bem como no desempenho esperado pelos funcionários.

O mercado é quem deve formular políticas públicas: esse fundamento defende que as políticas públicas devem se basear naquilo que está dando certo no mercado, ou seja, o Governo não deve se ater a políticas que não fazem o mercado se movimentar, que seriam então as necessidades do cidadão.

Os serviços públicos devem abandonar as fórmulas burocráticas para assumir a modalidade da concorrência empresarial: esse fundamento elencado pelo autor defende que a forma como o serviço público é praticado deve seguir o que o setor privado pratica, agindo dessa forma como concorrente.

O cidadão deve converter-se em cliente: no setor privado o serviço prestado ao cliente tem de ser o melhor, pois ele é o seu foco. Já na NGP o cidadão deve ser visto da mesma forma, ou seja, não é mais usuário e sim o cliente que quer o melhor.

A gestão deve ser apartada da política: aqui é a defesa de que a gestão deve ser independente das políticas e governos.

2.6 CONTROVÉRSIAS SOBRE A NGP

A Nova Gestão Pública ou Administração Gerencial é apresentada então, como sendo um modelo que traz propostas para agilizar a gestão do Estado de forma eficiente e eficaz. Muitos autores tratam a temática como sendo uma reforma positiva que acompanha esse período de renovação administrativa em que muitos países estão promovendo neste século. Entretanto, eles também identificam pontos desfavoráveis ao novo modelo gerencial, o qual deve ser debatido a fim de possibilitar correções na nova teoria.

Em uma definição crítica sobre a NGP, Rodrigues (*apud* Hood, 2005, p. 54), “como um modelo de claro repúdio ao modelo burocrático, assente na confiança no mercado e nos métodos e valores da gestão privada, invadidas por uma linguagem de racionalismo econômico”. Paula (2007, p.101), também critica a NGP quando aponta que “a eficiência da administração do setor privado está cercada de limites e sua adequabilidade para o setor público é questionável”, ou seja, ela está apontando que nem todas as práticas gerenciais do setor privado são possíveis de ser aplicadas no setor público. Na mesma página, ainda é sugerido pelo autor que “ao imitar a administração do setor privado, a nova administração pública posterga a elaboração de ideias, modelos e práticas gerenciais que atendam as especificidades do setor público”.

Aragon (2009, p.19) discorre sobre a temática da NGP quando se trata das abordagens do setor privado “Qualquer iniciativa privada sempre esteve e sempre estará sendo balizada por outra referência: o lucro”.

Apontada como uma teoria que trata o Estado como uma grande empresa pela Nova Gestão Pública, Aragon (2009) defende que essa teoria expõe a perspectiva de que a

Administração Pública é uma grande companhia, conduzida por uma nova tecnocracia de gestores, a quem incumbem atingirem metas e resultados. Segundo o autor, o NGP trata nova classe de “gestores” como semelhantes aos grandes executivos no setor privado. Sendo a sociedade cada vez mais complexa, a Administração Pública deve se aperfeiçoar e se modernizar de forma eficiente para prestar serviços públicos de qualidade à sociedade, às empresas e aos cidadãos (ARAGON, 2009).

Outro ponto que se deve observar é que o modelo da NGP, mesmo tendo um impacto internacional, teve sua implantação de forma não igualitária nos países pioneiros, ou seja, não deve ser tratado agora como um paradigma da administração pública (JUNQUILHO, 2010).

Como toda nova teoria, é preciso que exista divergência para que a partir de então se possa fazer questionamentos sobre a validade ou não do que se discute. Aragon (2009) critica fortemente a legitimidade do conceito de cidadão, afirmando que tratar esse como cliente, consumidor, usuário ou outra denominação é na verdade uma tentativa de fragilizar a noção de cidadania. E Peregrino (2009) afirma que a Nova Gestão Pública aparece como uma teoria limitada, focando numa eficiência baseada em padrões privados, e desprezando os valores da atividade pública, como o papel do governo de resolver conflitos sociais e definição de metas nacionais, além do seu grande papel que é também o de investidor no futuro do país.

Essas controvérsias só fazem na verdade enriquecer a discussão para que assim se possa refletir sobre as melhorias e permanência de ideias defendida pela Nova Gestão Pública.

2.7 ENSINO SUPERIOR EM ADMINISTRAÇÃO

2.7.1 Administração: definição

Entender o que envolve o ato de administrar se faz também necessário para que se possa compreender o papel do profissional no que se refere à por em prática as diretrizes que sugere a Nova Gestão Pública.

A palavra *administração* vem do latim *ad* (direção, tendência para) e *minister* (subordinação ou obediência), e significa aquele que presta algum serviço Chiavenato (1999). O conceito de Administração muda pouco quando analisamos as definições dadas por alguns autores. Para Chiavenato (1999, p. 6), “ é o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso dos recursos organizacionais para alcançar determinados objetivos de maneira eficiente e eficaz”. Já para Maximiano (2008, p. 8), a administração é “ um processo de tomar decisões

e realizar ações”. Os dois autores enfatizam também que os objetivos das organizações serão somente alcançados quando estes são realizados de maneira eficiente e eficaz, ou seja, deve-se fazer bom uso dos recursos organizacionais para se obter um alto grau de satisfação entre usuários, clientes, funcionários e a sociedade de forma geral. Destaca-se também que o desempenho da organização só será medido quando os problemas dos usuários forem resolvidos por meio da utilização correta dos recursos, de modo que os objetivos da organização sejam realizados de forma eficaz e que os usos dos recursos sejam executados de maneira correta, ou seja, de forma eficiente.

2.7.2 Historicidade do curso de administração

No Brasil, a educação superior remete a essas questões de mudanças tecnológicas, sociais e econômicas, ou seja, os Cursos de Administração no Brasil têm história recente, principalmente, se comparados com os dos EUA e da Europa. Segundo Pizzinatto (1999), os primeiros indícios de estudos de administração no Brasil ocorreram em 1930. O autor afirma que o início do ensino em administração se deu com a criação pelo Governo, do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) e do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), que prestigiava a administração pública com sua Escola de Serviço Público formando técnicos de administração em 1938.

O autor aponta ainda a Fundação Getúlio Vargas criada em 1954, como precursora enquanto instituição de ensino superior, na criação do primeiro currículo especializado em administração no ano de 1952, através da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (EBAP/FGV) no estado do Rio de Janeiro. O curso era caracterizado para formação de especialistas que atuariam na área pública. Em seguida, em 1954, foi fundada a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP/FGV), também da Fundação Getúlio Vargas, voltada para ministrar o curso de Administração de Empresas.

2.7.3 O ensino em Administração

Ao longo do tempo, o aperfeiçoamento de tecnologias, mudanças sociais e econômicas, tudo isso se torna um ambiente rico em informações para que o ensino superior trabalhe para formar profissionais capazes de gerir essas informações.

Para Santos (2002, p. 17), é “somente a partir do século XX que a Administração, associada ao capitalismo, surge para o controle do processo. Até a revolução industrial as empresas eram dirigidas por famílias, não necessitando de administradores”, o desenvolvimento das empresas nos EUA, junto com o aumento de relações entre os países, são fatores que influenciaram para desenvolvimento da necessidade de um profissional especializado. Ainda na mesma página o autor afirma que,

“Até 1930, os conteúdos inerentes à administração eram ministrados isoladamente nos currículos dos cursos de Direito, Engenharia e Ciências Sociais. Foram as inserções das ideias de Taylor e Fayol que obrigaram as organizações a serem chamadas “Administração Científica”, cuja primeira grande área de atuação foi à administração pública” (SANTOS, 2002, p. 17).

Contudo, hoje a crescente complexidade e magnitude das organizações públicas e privadas exige que o profissional esteja atualizado e adaptado com a atualidade. Nesse contexto, as instituições de ensino superior estão capacitando profissionais em nível superior para atuar nesse ambiente. Segundo Pizzinatto (1999) a formação universitária é um processo complexo, pois é preciso definir tanto as características ideais do perfil de um profissional quanto à composição curricular adequada a essa formação. É neste processo que a formação do profissional de administração é construída, aliando as instituições superiores de ensino, os docentes e o mercado de trabalho para que as noções teóricas sejam aprendidas e depois postas em prática, ou seja, é um processo que vai do aprendizado em sala de aula até a prática no trabalho.

O ensino superior enfrenta grandes desafios atualmente e um dos principais, segundo Oliveira e Sauerbronn (2007), aponta a necessidade de ampliar o acesso a ela e, em contrapartida, é também preciso controlar seu processo de "mercantilização". Hoje as instituições particulares de ensino superior surgem como uma forma de democratização do acesso a este ensino, ampliando significativamente a oferta de cursos superiores.

2.7.4 Formação do Administrador

De forma geral, a educação brasileira vive atualmente num contexto onde às mudanças tecnológicas, sociais, políticas e econômicas fazem parte do grande desafio na formação do administrador. Tornar-se um profissional que possa atuar como “agente transformador, capaz de ajustar-se com rapidez aos avanços da ciência e da tecnologia no

estabelecimento de uma nova ordem” é a meta dos estudantes que terminam uma graduação em Administração (GUERRA, 2001, p. 6).

A partir de uma maior exigência por maior participação no mundo do trabalho, as Instituições de Ensino Superior- IES, precisam revisar as suas Estruturas Curriculares. Isso para que os estudantes possam ter uma garantia de maior aproximação com as práticas de trabalho e desenvolvimento de habilidades do administrador. Sendo assim, a principal preocupação é tornar os formandos capacitados para o trabalho GUERRA (2001).

Em 1995, é aprovado um projeto de Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN, com o objetivo de “servir de referência para as instituições na organização de seus programas de formação, permitindo flexibilidade e priorização de áreas de conhecimento na construção dos currículos plenos” MEC (2002). Na resolução mais atual desse projeto, são descritas várias competências e habilidades que os cursos de graduação de Administração devem formar em seus profissionais dentre elas, ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional” (MEC, 2005, p. 02).

Quanto ao processo de ensino das instituições de ensino superior, estas devem considerar as dimensões teóricas e práticas com relação aos principais fundamentos da ciência administrativa. Levando em consideração que o ensino superior em administração forma profissionais que atuam tanto no setor privado quanto público, as áreas de atuação para o profissional de administração se dividem em: Administração geral ou de empresa e administração pública. Dentre as funções administrativas, segundo Maximiano (2008), as mais importantes são: Produção, Marketing, Pesquisa e Desenvolvimento, Finanças e Recursos Humanos sendo possível desenvolver as atividades e a pesquisa.

3- METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 TIPO DE PESQUISA

O presente trabalho pretende avaliar a percepção dos estudantes do curso de Administração da UFRN quanto à importância da presença das disciplinas de administração Pública na grade curricular do curso, além de avaliar a percepção da importância da presença dessas disciplinas na formação de futuros gestores públicos.

A pesquisa tratada neste trabalho é elaborada obedecendo dois critérios de construção em que Vergara (2011, p. 41) “recomenda que o pesquisador deva ser informado sobre os critérios que norteiam os diversos tipos de pesquisa, ele propõe dois critérios básicos para definir o tipo de pesquisa: um relativo aos fins e outro relativo aos meios da pesquisa”.

Tratando dos fins, a presente pesquisa é exploratória, pois trata de explicar o que vem a ser a Nova Gestão Pública, além de avaliar a percepção dos estudantes de Administração sobre o tema em questão. Para Vergara (2011, p.42), “a pesquisa exploratória: é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado”. Oliveira (2012, p.65) também fala sobre a pesquisa exploratória ao afirmar que: “este tipo de pesquisa objetiva dar uma explicação geral sobre determinado fato, através da delimitação do estudo [...] esse tipo de pesquisa desenvolve estudos que dão uma visão geral do fato ou fenômeno estudado”.

Esse trabalho é, também, uma pesquisa descritiva, pois analisa o tema em questão sob a ótica dos alunos concluintes do curso de administração da UFRN. Sendo assim, Vergara (2011, p.42) diz que: “ela expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno”. A abrangência da pesquisa descritiva ao abordar vários aspectos permite uma análise ampla da temática estudada. Oliveira (2012, p.68), afirma que a pesquisa descritiva “procura analisar fatos e/ou fenômenos, fazendo uma descrição detalhada da forma como se apresentam esses fatos e fenômenos, ou, mais precisamente, é uma análise em profundidade da realidade pesquisada”.

Quanto aos meios utilizados para a elaboração desta pesquisa, Oliveira (2012), diz que o método escolhido para fazer uma pesquisa pode contemplar mais de um, sendo assim, uma pesquisa qualitativa não invalida a utilização de alguns dados quantitativos que vem a mostrar com clareza a realidade estudada na pesquisa. Vergara (2011), ainda relata que os tipos de pesquisa não são mutuamente excludentes, pois esta pesquisa é, ao mesmo, tempo qualitativa e quantitativa.

Por pesquisa qualitativa, Oliveira (2012, p. 59) diz que: “Esta pode ser caracterizada como sendo uma tentativa de explicar em profundidade o significado e as características ou questões abertas, sem a mensuração quantitativa de características ou comportamento”. E quanto à pesquisa quantitativa ainda na mesma página, o autor traz que “ela significa quantificar dados obtidos por meios de informações coletadas através de questionários, entrevistas e observações”.

Portanto, o presente trabalho apresenta uma pesquisa qualitativa feita através de buscas bibliográfica em livros, revistas, teses, monografias e internet, que procura explicar a construção do que vem a ser a NGP e também como esse conteúdo auxilia na formação de futuro gestores públicos. Ao mesmo tempo é quantitativa, pois a aplicação de um questionário via internet, junto aos alunos egressos em 2012.2 e os concluintes de 2013.1, permitiu coletar dados para avaliação numérica dessa pesquisa.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A Nova Administração Pública é uma temática nova para os estudantes do curso de Administração da UFRN, além de ter grande importância para os alunos egressos que almejam a carreira pública. Deste modo, pretende-se avaliar a percepção desses estudantes que visam passar em um concurso público e atuar como futuros gestores públicos à proposta que a Nova Gestão Pública traz para a administração atual.

Sendo assim, a população dessa pesquisa compreende os alunos do curso de Administração da UFRN. Foi realizado um recorte da população, escolhendo alunos os egressos do ano de 2012.2 e os que estão em fase de conclusão, no qual cumpriram toda a grade curricular que contempla as disciplinas atuais de Administração pública como também a grade anterior que não contemplou essas disciplinas. O quadro 1 abaixo mostra a composição aproximada da população e a amostra pesquisada neste estudo.

Quadro 1 – Composição da população e amostra

População		Amostra
Alunos pesquisados	Quantidade de Alunos	
Egressos em 2012.2	55	21
Concluintes em 2013.1	60	20

Fonte: Elaboração do autor (2013)

3.3 INSTRUMENTO DE PESQUISA

O instrumento de pesquisa foi um questionário elaborado pela pesquisadora junto com o presente orientador, em que foram discutidos quais seriam as informações que deveriam ser coletadas. Por fim, decidiu-se por um questionário enxuto e de fácil manuseio pelos alunos entrevistados. O questionário para Oliveira (2012) é definido como um instrumento de pesquisa que visa obter informações diversas utilizando como forma de dados que serão registrados e analisados para atender os objetivos da pesquisa.

Dividido em quatro (4) seções, sendo a primeira com três questões fechadas para traçar o perfil do estudante, a próxima sendo uma pergunta aberta para perceber o quanto o aluno compreende o assunto. Na terceira seção temos três (3) questionamentos: um visando saber se os alunos avaliam de forma satisfatória a quantidade de disciplinas focadas em pública na grade curricular do curso; e outra parte para avaliar o grau de satisfação dos alunos quanto às disciplinas: Poder, Política e Gestão, Fundamentos da Administração Pública, Planejamento Governamental, Orçamento Público, Novas Tecnologias na Gestão Pública e Estudos Organizacionais Contemporâneos; logo depois, uma avaliação sobre a percepção dos alunos quanto os fundamentos da NGP. Na quarta seção, temos uma questão para avaliar a compreensão dos alunos com relação a alguns conceitos da NGP, em que este deve escolher uma das quatro alternativas e justificar a escolha.

O questionário foi aplicado com os estudantes egressos de 2012.2 e os concluintes de 2013.1 do curso de Administração da UFRN, no qual foi possível obter os dados primários da pesquisa. Foram aplicados 41 questionários, que consistiam de 10 questões. Entretanto não foi possível obter respostas de todos, já que o instrumento foi aplicado via internet através de um link gerado no Google Docs e nem todos que receberam a solicitação responderam o questionário.

O Quadro 2 mostra como foram agrupadas as 10 questões, sendo estas medidas através da Escala de Likert, mas adaptada pela pesquisadora para atender a proposta da pesquisa.

Quadro 2 – Distribuição das questões 1 a 10

Seção	Questões
I - Perfil do aluno	1 a 4
II - Nova Gestão Pública	5

III - Avaliação das disciplinas focadas em Administração Pública	6 a 8
VI - Conceito da Nova Gestão Pública	9 a 10

Fonte: Elaboração do autor (2013)

Espera-se com esse questionário, avaliar o que o aluno concluinte compreendeu sobre a NGP e o seu grau de satisfação quanto às disciplinas de pública cursada no decorrer do curso.

3.4 COLETA DE DADOS

A coleta de dados se deu a partir da aplicação do questionário via internet, através do aplicativo Google Drive. O link do aplicativo foi enviado via e-mail, e pela ferramenta acadêmica o SIGAA, solicitando a partir dos e-mails dos alunos concluintes constantes no SIGAA e banco de dados com e-mails dos alunos do curso de Administração da UFRN. Sendo assim, os dados primários foram obtidos através de questionários elaborados e aplicados pelo pesquisador e aplicados durante o período de 22 de maio a 05 de junho de 2013.

3.4.1 Teste Piloto

Um teste piloto foi aplicado com cinco (5) estudantes para avaliar a compreensão, facilidade ou dificuldade nas questões. A aceitação foi positiva, o tempo de resposta foi rápido, uma modificação foi sugerida para simplificar o layout do questionário e a mesma foi adaptada ao modelo sugerido pelo Google Docs. A importância da aplicação de um pré-teste é afirmada por OLIVEIRA (2012, p.90) “uma vez elaborado o questionário, é importante realizar um pré-teste e/ou sondagem para identificação de possíveis falhas quanto à redação das questões”.

O período de aplicação desde o pré-teste até o questionário pronto foi a partir de 21 de maio a 22 de maio de 2013, no qual se obteve uma resposta de satisfação e apreciação do tempo por parte de alguns dos questionários respondidos.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados obtidos através da aplicação do questionário mostram um parâmetro sobre a compreensão e aceitação da Nova Gestão pública junto aos egressos de 2012.2 e os concluintes de 2012.3 do Curso de Administração da UFRN, para a formação de futuros gestores públicos. Abaixo, seguem as análises das questões objetivas do questionário para a análise quantitativa, e posterior descrição dos dados, sendo utilizado o aplicativo Excel.

4.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

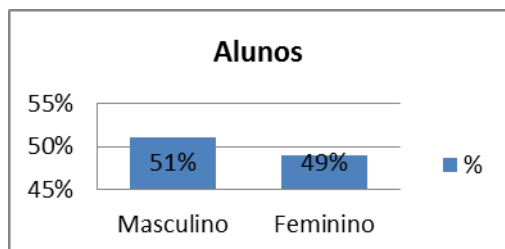
A seção I compreende quatro questões que abrange tópicos como o sexo, idade, trabalho e ano de conclusão para que se possa traçar o perfil do entrevistado.

Analisando o perfil dos alunos egressos de 2012.2 e os concluintes de 2013.1 do curso de Administração da UFRN, segundo os dados obtidos, obtém-se um equilíbrio tanto na porcentagem de homens e mulheres concluintes, quanto na porcentagem esperada por turma concluinte, mantendo assim uma média de 50 a 60 alunos concluintes por semestre na universidade. É possível observar também que 64% dos concluintes são de jovens administradores entre 18 e 25 anos, ou seja, grande parte dos concluintes são jovens que vão iniciar sua carreira de trabalho com capacidade para atuar tanto na área em Administração Privada quanto na área em Administração Pública. Sendo assim a partir dos gráficos 1, 2, e 3 pode-se observar que o perfil dos graduandos que se formam hoje na UFRN é de um perfil jovem, mantendo um equilíbrio considerável entre homens e mulheres.

Já o Gráfico 4, avalia a perspectiva de trabalho desses concluintes. Os 31% dos estudantes que trabalham em empresa privada atende ao perfil que o curso oferece para os aspirantes dessa área da Administração. Os 26% que somam os que já trabalham e os que pretendem trabalhar em empresa pública demonstram uma tendência nessa área, na qual é possível avaliar essa informação de forma bastante positiva. São esses 26% que estão saindo com formação acadêmica e que possivelmente vão atuar na área pública levando os conhecimentos específicos para atuar como um gestor qualificado para seu trabalho. Essa é uma tendência que a Nova Gestão Pública trabalha, visando à modernização da Gestão Pública, proposta apresentada com a reforma do Estado através do PDRAE. A parcela que marcou a opção “apenas estudo” mostra que são estudantes que ainda não decidiram por que área do

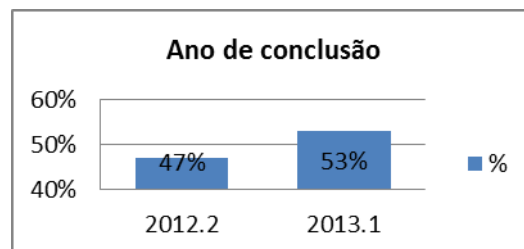
curso atuar e também a parcela que marcou outro vínculo, mas que não respondeu qual seria ele.

Gráfico 1 – Gênero dos pesquisados



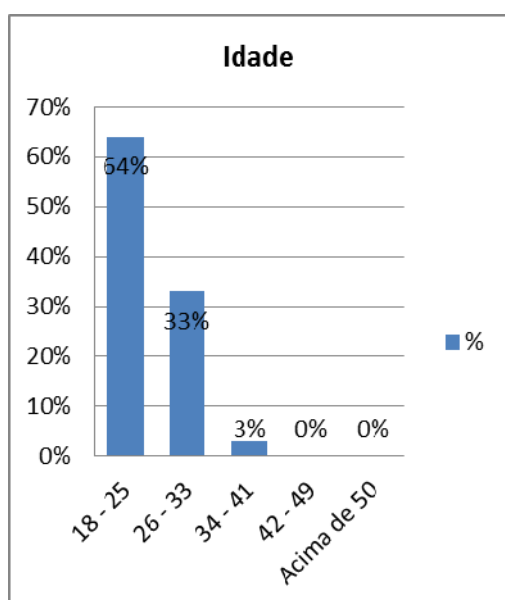
Fonte: Dados da pesquisa, 2013

Gráfico 2 – Ano de conclusão



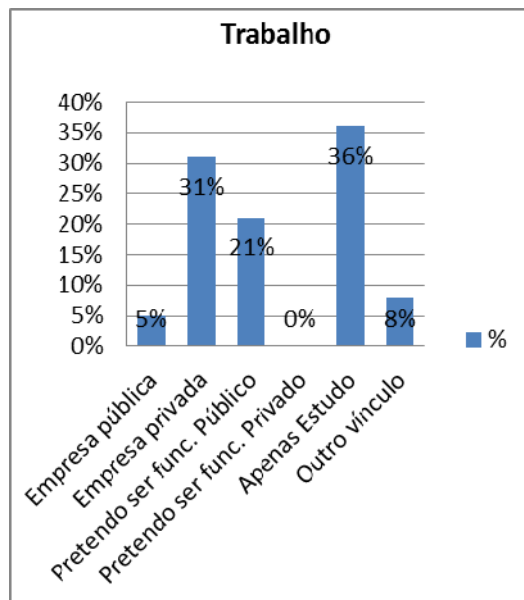
Fonte: Dados da pesquisa, 2013

Gráfico 3 – Idade dos pesquisados



Fonte: Dados da pesquisa, 2013

Gráfico 4 – Trabalho dos pesquisados



Fonte: Dados da pesquisa, 2013

4.2 AVALIAÇÃO DAS DISCIPLINAS FOCADAS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

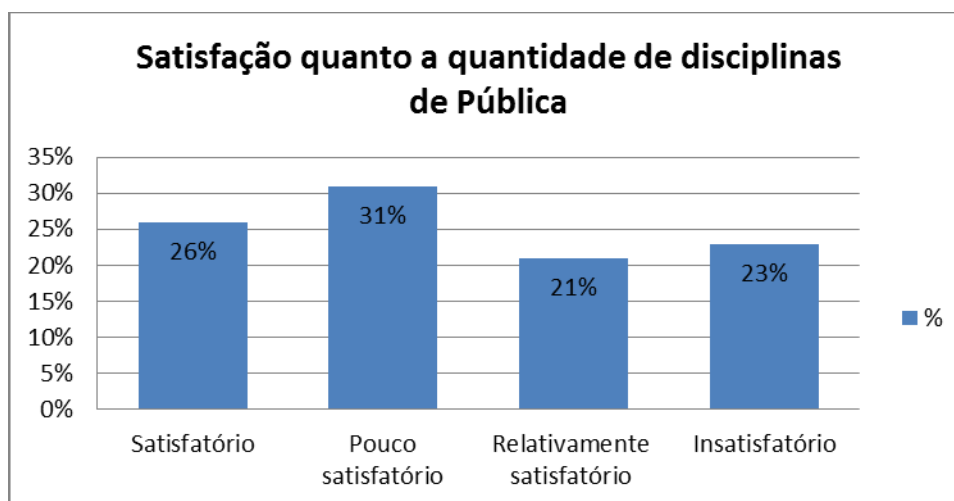
Nesta seção do questionário constam três (3) questões que visam avaliar se o concluinte analisa como sendo satisfatória ou não, a quantidade de disciplinas focadas na Administração Pública para a profissionalização de um Gestor Público. Na grade curricular estão presentes seis (6) disciplinas com esse foco e é solicitada a avaliação do grau de satisfação com cada uma delas. Também nesta seção, avalia-se o grau de concordância do aluno quanto ao que foi visto nessas disciplinas no que se refere aos fundamentos que básicos abordados pela Nova Gestão Pública.

4.2.1 Satisfação quanto à quantidade de disciplinas com foco na Administração Pública

A questão que é tratada neste gráfico avalia o grau de satisfação dos alunos concluintes do curso de Administração da UFRN, no que se refere à satisfação quanto à quantidade de disciplinas presentes na sua grade curricular e que são voltadas para o conteúdo de Administração Pública.

A porcentagem satisfeita de 26% atende ao número de alunos que já trabalham e/ou não influenciam na sua carreira profissional. Contudo, os 31% mais os 21% dos entrevistados que estão respectivamente pouco satisfeitos e relativamente satisfeitos, fazem parte de um grupo que confirma a preocupação com a formação profissional dos gestores públicos. Os 23% fazem parte do grupo que é possível analisar como uma percepção da necessidade de uma atualização profissional dos servidores públicos, no que diz respeito à formação acadêmica para a modernização da máquina pública. É esse grupo que compreende plenamente a proposta da Nova Gestão Pública de maneira mais pontual, levando a crer que a presença de novos funcionários públicos capacitados são aptos para praticar uma gestão focalizada na eficiência e que procura organizar e trabalhar, de maneira gerencial, a Administração Pública.

Gráfico 5 – Satisfação quanto à quantidade de disciplinas



Fonte: Dados da pesquisa, 2013

4.2.2 Avaliação quanto às disciplinas de Administração Pública

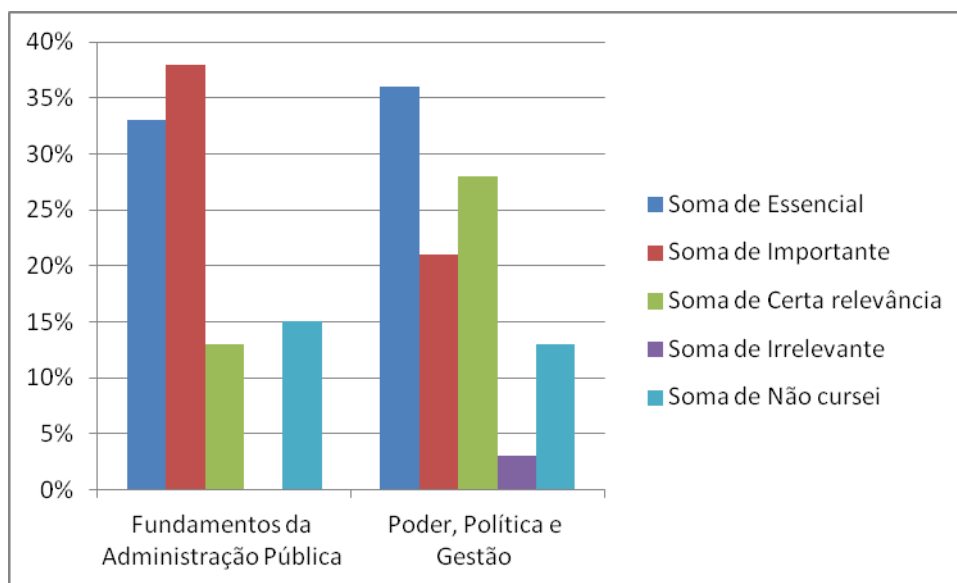
A análise das disciplinas em Administração Pública visa avaliar quanto os concluintes consideram importantes a preparação do estudante numa possível carreira pública, ou seja, avaliar a importância da profissionalização do setor público. Sendo então essas disciplinas que

dão suporte para a construção e compreensão das abordagens da administração pública e consequentemente a Nova Gestão Pública. São elas que trabalham todo o contexto e as próprias definições da teoria.

Essas disciplinas, na sequência, são de primeiro e segundo período na Estrutura Curricular do curso, assim, o aluno desde o início já passa ter uma noção em Administração Pública. A disciplina de Fundamentos da Administração Pública e a disciplina de Poder, Política e Gestão, são avaliadas essenciais, com uma aceitação acima de 30% pelos entrevistados, ou seja, elas são avaliadas como importantes para a formação do aluno e são relevantes na grade curricular do curso. Contudo, a disciplina de Poder, Política e Gestão foi avaliada por alguns estudantes, menos de 5% contra zero para a disciplina de Fundamentos da Administração Pública, mostrando certa rejeição na qual a presente pesquisa avalia como uma possível não aceitação da abordagem ou plano da disciplina.

São essas as disciplinas que inicialmente no curso permitem que o aluno comece a construção e a compreensão das abordagens da administração pública e consequentemente a Nova Gestão Pública.

Gráfico 6 - Disciplina: Fundamentos da Administração Pública e Poder, Política e Gestão

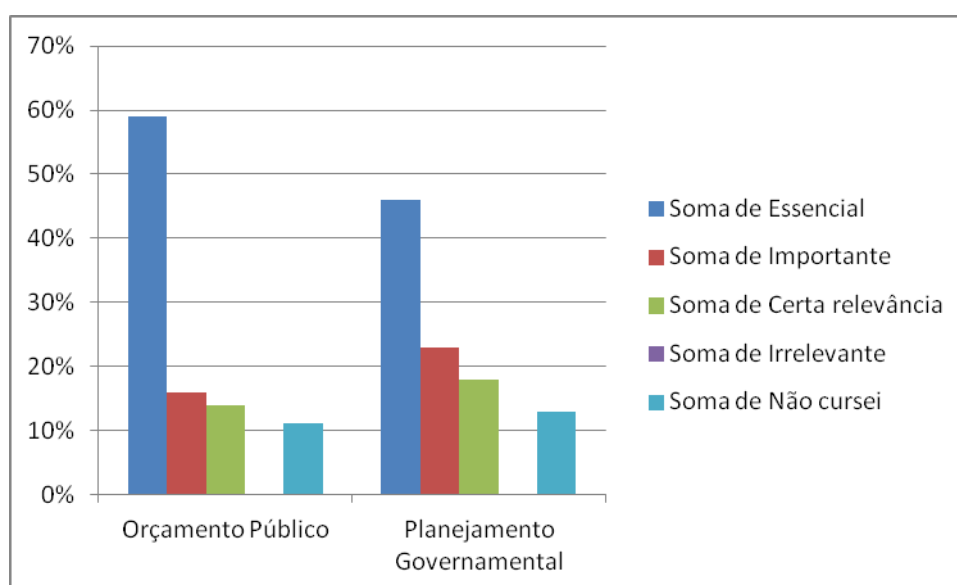


Fonte: Dados da pesquisa, 2013

A partir do declínio do conceito de bem-estar social (*welfare state*) que a Nova Gestão Pública surge, países como Estados Unidos, Inglaterra, Austrália e Nova Zelândia são

pioneiros ao propor a reforma do Estado. As reformas são postas em ação para enfrentar os desequilíbrios na eficiência fiscal, política e econômica dos governos. Entender esse quadro, na graduação, requer disciplinas de Planejamento Governamental e de Orçamento Público, além da teoria material prático, para o estudante vislumbrar a aplicação do conhecimento adquirido. Presente no sétimo período na Estrutura Curricular, essas disciplinas são avaliadas pelos alunos com uma aceitação acima dos 50% para Planejamento Governamental e acima de 40% para Orçamento Público. Esses dados demonstram o grau de importância para o estudante que visa uma carreira pública.

Gráfico 7 – Disciplina: Planejamento Governamental e Orçamento Público



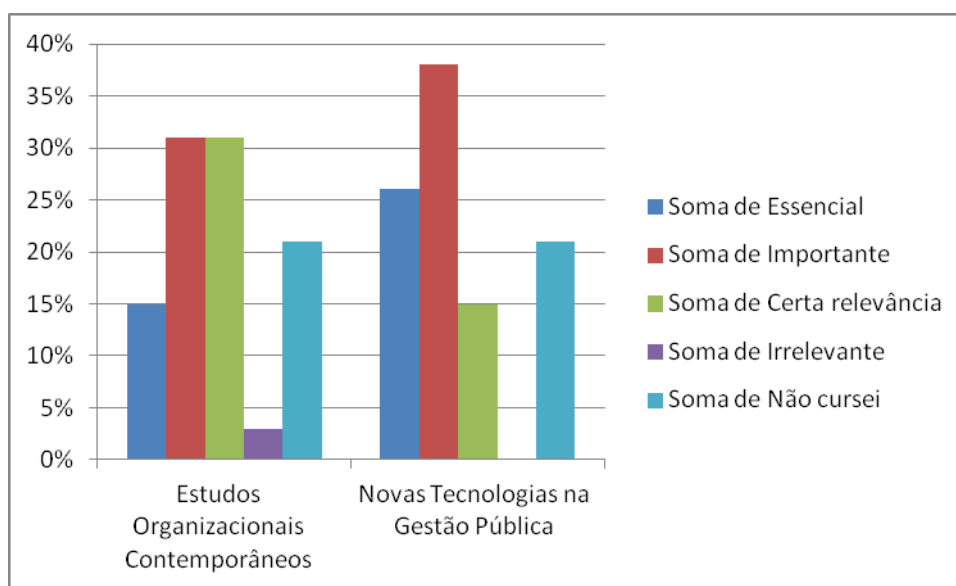
Fonte: Dados da pesquisa, 2013

Na Estrutura Curricular do curso de Administração da UFRN, as disciplinas Estudos Organizacionais Contemporâneos e Novas Tecnologias na Gestão Pública, fazem parte do grupo que compõe o oitavo e último período. A avaliação por parte dos estudantes não foi tão positiva quanto nas disciplinas anteriores. Com 30% de aprovação tanto para a importância da matéria na grade curricular quanto na avaliação de certa relevância. Obteve, também, uma porcentagem abaixo de 5% como sendo irrelevante para o curso. É possível analisar esses dados como uma adaptação do plano da disciplina Estudos Organizacionais Contemporâneos, que precisa ser mais bem elaborada por ser uma temática nova que ainda não tem uma grande quantidade de pesquisa na área. Já a disciplinas Novas Tecnologias na Gestão Pública obteve uma avaliação um pouco melhor, porém ainda abaixo das avaliações anteriores, obtendo uma

aceitação acima de 25% como sendo essencial e acima de 35% como sendo importante para o curso. Contudo, ainda é possível avaliá-las como disciplinas importantes no curso de Administração e de certa forma, contando como um diferencial importante para os aspirantes à carreira pública, ou seja, conclui-se que a formação acadêmica na área pública é importante para os 21% dos concluintes que pretendem trabalho no setor público.

Em todos os gráficos apresentados relativos às disciplinas de públicas, estes apresentam uma coluna com somas de Não cursei. Esses dados apontam para os alunos que ingressaram na grade curricular anterior a 2009, período em que essas disciplinas começaram a fazer parte da Estrutura curricular do curso, ou seja, são alunos egressos e concluintes que passaram no vestibular anterior a 2009.

Gráfico 8 – Disciplina: Novas Tecnologias na Gestão Pública e Estudos Organizacionais Contemporâneos



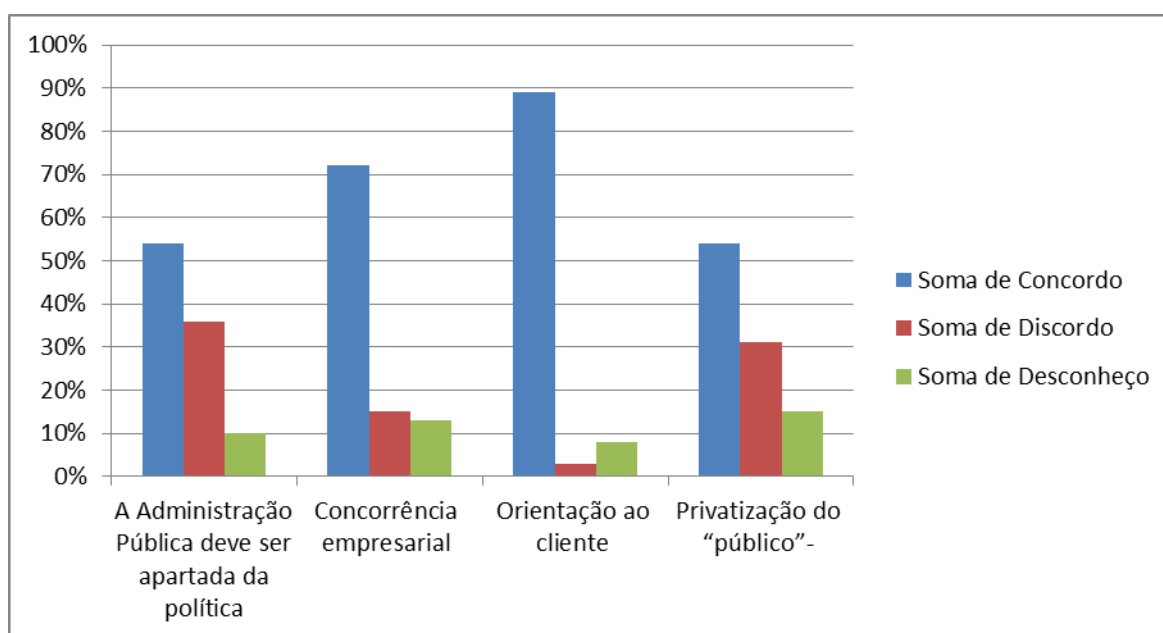
Fonte: Dados da pesquisa, 2013

4.2.3 Avaliação dos fundamentos básicos abordados pela Nova Gestão Pública

Esse gráfico ilustra o cruzamento dos dados da pesquisa entre os fundamentos que orientam a Nova Gestão Pública e a avaliação dos concluintes com relação ao grau de concordância e conhecimento do mesmo. Explanado por Aragon (2009), esses fundamentos orientam as diretrizes para gestão da NGP. A avaliação desse gráfico corresponde o quanto o aluno conhece e concorda com esses fundamentos. A orientação ao cliente é apontada como a mais conhecida, demonstrando assim um conhecimento adquirido e abordado dentre as

disciplinas de pública. A concepção de que a Administração Pública deve ser apartada da política é um fundamento que é trabalhado na maioria das disciplinas de pública e que gera concordância acima de 50% entre os alunos e discordância em um pouco mais de 30%. A Concorrência Empresarial é também reconhecida pelos alunos, com 70% que concordam com essa prática proposta pela NGP, a qual visa melhorar a prestação de alguns dos seus serviços ao repassar a administração para empresas não estatais, mas sem deixar de serem públicas. E por fim, a Lógica do privado: esse fundamento refere-se à utilização das práticas da gestão privada que focaliza na eficiência e eficácia das tarefas, e reconhecidas em torno de 50% dos alunos pesquisados. Os somatórios de discordância devem ser avaliados de forma positiva, pois a teoria para evoluir precisa também ser discordada e assim ser debatida, reavaliada e renovada. Com relação ao somatório de Desconheço, esse fundamento faz parte dos alunos que não cursaram a maioria das disciplinas de pública por estarem em uma grade curricular anterior a 2009.

Gráfico 09 – Fundamentos da Nova Administração Pública



Fonte: Dados da pesquisa, 2013

4.3 QUESTÃO SOBRE OS CONCEITOS DA NOVA GESTÃO PÚBLICA

A parte subjetiva do questionário é composta por duas questões abertas, onde logo após a identificação do perfil do aluno, entra-se na segunda seção, a qual se pede que o concluinte descreva o que ele entender por NGP.

Na primeira pergunta feita, pede-se que o concluinte formule um conceito sobre o que é a NGP. Nessa fase, a intenção é avaliar a compreensão do aluno sobre o conceito antes de ser apresentados novos dados que dão embasamento à teoria. Com base nas respostas obtidas, percebeu-se um elevado grau de compreensão dos concluintes sobre o conceito da NGP, comparando com as definições descritas na quarta seção do questionário. Abaixo é apresentado um quadro comparativo que mostra algumas definições apresentadas na segunda seção pelos concluintes, e as definições que obtiveram o maior percentual de escolha, expostas na quarta seção no questionário:

Quadro 3 – Conceito NGP – relação entre as definições dos alunos e as definições dos autores (ARAGON, 2006) e (RODRIGUES, 2005).

Definições dos concluintes	Definições dos autores
É a inserção de ferramentas de gestão que tradicionalmente pertencem à administração privada na gestão de organizações governamentais;	A NGP é um modelo que imita os métodos gerenciais do setor privado (ARAGON, 2006).
É resumidamente a adoção e adaptação de praticas privadas no setor público e a adoção de ferramentas de gestão privadas para melhorar a administração pública e o atendimento ao usuário;	
Nova GP é fruto da reforma do Estado a fim de torna-lo mais eficiente, simploriamente, é como se a máquina pública passasse a ser administrada como uma organização privada por meio de ferramentas gerenciais, lógico que devido as suas peculiaridades a prática é bem mais complexa;	Nova Gestão Pública é baseia-se na introdução de mecanismos de mercado e na adoção de ferramentas de gestão privada, para solucionar os problemas de eficiência da gestão pública (RODRIGUES, 2005).

Fonte: Elaboração do autor (2013)

Neste quadro foram destacadas as definições dadas pelos concluintes e as apresentadas pelos autores. Desta forma, é possível perceber a inter-relação entre as respostas fornecidas pelos concluintes e os respectivos conceitos do questionário. Então, a avaliação que se faz é que o conteúdo foi assimilado pelo aluno e este teve uma compreensão muito assertiva quanto à essência da teoria da NGP, ou seja, o estudante compreendeu a proposta da temática e que, se caso este entre para carreira pública, irá entender e trabalhar de forma proativa a proposta que a NGP traz, que é, em síntese, a de levar para o setor público práticas da gestão privada. Entretanto, é preciso resaltar a possibilidade do aluno ter se orientado pela última questão do instrumento de pesquisa usado.

Na última seção do questionário, são apresentados quatro (4) conceitos formulados por Bresser (1995), Rodrigues (2005) e Aragon (2006). Pedese que o aluno escolha apenas uma das alternativas que melhor se enquadre na sua compreensão do conceito da Nova Gestão Pública. Com 38%, o conceito formulado por Aragon (2006) de que A NGP é um modelo que imita os métodos gerenciais do setor privado é o mais aceito por ser direto, contudo o conceito da NGP pode ser mais complexo e detalhado como foi apontado por alguns autores anteriormente no presente trabalho. As justificativas da escolha por uma das definições foi citada e comparada coma primeira questão dessa seção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão dessa pesquisa procurou traçar o caminho evolutivo da Nova Gestão Pública ao longo da história, até a sua implantação no Brasil. Explanou-se sobre as formas de Administração: a Patrimonial, a Burocrática e por fim a Gerencialista, também denominada Nova Gestão Pública. Mostrou-se segundo alguns autores o conceito de Estado, a construção do Estado Herdado e o Necessário, também sua reforma sendo no Brasil, orientada por Bresser Pereira no Governo de Fernando Henrique Cardoso em 1995 na elaboração do PDRAE. Foi abordada também, a Gestão Pública brasileira desde o governo de Getúlio Vargas até o Governo de Fernando Henrique para assim, entendermos a necessidade dessa reforma e por fim compreender o que essa teoria traz de novo para a gestão do Estado.

Explicou-se também, que a Nova Gestão Pública introduz uma nova atitude, uma nova cultura de valores, um novo espírito mais empresarial. E que essa reforma surge com a proposta de reduzir as distâncias com a Gestão Privada ao defender a introdução de mecanismos de mercado e adoção de algumas de suas ferramentas. Isso tudo com o intuito de solucionar os problemas de eficiência da Gestão Pública, além de promover a expectativa da melhoria do serviço para o cidadão. Esta é, então, a realidade atual que a Gestão do Brasil se encontra e que o funcionalismo público está se adaptando. Abordou-se também o Estudo do Ensino Superior no Brasil, para o curso de graduação em Administração e a formação do Administrador e sua atuação.

Tudo isso para identificar como os estudantes da graduação do curso de Administração da UFRN avaliam a importância da Nova Gestão Pública para sua formação a partir da avaliação percebida. E é através desse contexto que a presente pesquisa trabalhou, para assim avaliar como os estudantes do curso de administração da UFRN, egressos no período de 2012.2 e concluintes em 2013.1, ao final do curso, percebem na Estrutura Curricular a importância das disciplinas focada em Pública para a formação dos futuros gestores públicos, sendo essa a percepção necessária para quem almeja entrar na carreira pública, na qual vai se deparar com essa nova forma de gerir a Administração do Estado.

Verificou-se também a percepção dos alunos do curso de Administração da UFRN quanto à importância do estudo das disciplinas de Administração Pública na profissionalização de um gestor público, os dados obtidos apontam assim, para uma satisfação com relação à presença e a quantidade de disciplinas de pública na Estrutura Curricular do curso de Administração da UFRN. Esta aceitação é bastante relevante, já que o

somatório de 26% dos alunos responderam que pretendem trabalhar no setor público. A avaliação positiva a cada uma das disciplinas demonstra interesse e aceitação por parte dos alunos, tanto no conteúdo quanto na distribuição das disciplinas.

A avaliação confirma essa importância percebida pelos estudantes, já que a perspectiva da administração do Estado é de que a Nova Gestão Pública traga, mas eficiência e eficácia na gestão a partir da profissionalização do servidor e gestor público na excursão de suas funções. A partir de práticas trazidas na Administração Privada, a máquina pública tem a expectativa de se tornar eficiente e de proporcionar qualidade no serviço prestado à sociedade. Isso só irá acontecer com a cooperação de pessoas capacitadas. O que espera desses alunos que pretendem a carreira pública é que eles possam levar esses conhecimentos adquiridos em sala de aula, com foco específico e oportunidade de por em prática. Dessa forma, pode-se constatar que é aceito por parte dos alunos a necessidade de preparação acadêmica na profissionalização dos gestores públicos.

Sendo assim, a pesquisadora recomenda que um trabalho de avaliação seja feito de forma mais complexa, para assim traçar de forma mais pontual as necessidades do serviço público quanto às funções de trabalho, e dessa forma trabalhar melhor o plano dessas disciplinas e até novas unidades curriculares. A sociedade precisa desse respaldo com relação à capacidade que os servidores e gestores públicos possuem de gerir a Administração Pública, e a Universidade tem esse papel de formar profissionais capacitados para atuar da melhor forma dentro das organizações. É isso que a NGP propõe como um dos pontos principais para a forma rumo a uma Administração Pública que atenda e que disponha de serviços com qualidade e eficiência para a sociedade.

REFERÊNCIAS

ARAGON, Erico Dasso Júnior. **Gestão pública participativa: realidade ou ficção?** : II congresso consad de gestão pública – Painel 14. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.scp.rs.gov.br/upload/Painel_14_Aragon_Dasso_formatado.pdf>. Acessado em: 11 abr. 2013.

ARAGON, Erico Dasso Júnior. **O papel do servidor público num estado democrático e participativo**: VII congresso internacional del clad sobre la reforma del estado y de la administración pública. Lisboa, Portugal, 2002. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intrdoc/groups/public/documents/clad/clad0043625.pdf>>. Acessado em: 11 abr. 2013.

ARAGON, Erico Dasso Júnior. **Reforma do Estado com participação cidadã? Déficit democrático das Agências Reguladoras brasileiras**. UFSC, Florianópolis, 2006. Disponível em: < <http://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/88466/236844.pdf?sequence=1> >Acessado em: 11 mar 2013

BRESSER, Luiz Carlos Pereira. **Uma nova gestão para um novo estado: liberal, social e republicano**, 2011. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2001/78Ottawa-p.pdf>>. Acessado em: 24 abr. 2013

CHEN, Liliane. **um estudo das práticas de gestão estratégica do programa minha casa minha vida em São Gonçalo do Amarante, em consonância com o bsc e mapa estratégico**. Monografia (Graduação em Administração) – Departamento de Ciências Administrativas da UFRN, Natal, 2012.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campos, 1999.

DAGNINO, Renato Peixoto. **Planejamento estratégico governamental**. UAB, Brasília, 2009. Disponível em:< http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca-virtual/files/pub_1291090089.pdf > Acessado em: 10 nov 2012.

GUERRA, Elaine Linhares de Assis. **O ensino superior de administração no Brasil: desafios do novo milênio**. In: ENANGRAD, 2001. São Paulo. Disponível em: <http://www.angrad.org.br/_resources/files/_modules/producao/producao_719_201212051834228e9c.pdf>. Acessado em: 01 jun. 2013

JUNQUILHO, Gelson Silva. **Teorias da administração pública**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES : UAB, 2010. Disponível em: < <http://pt.scribd.com/doc/59125550/Teoria-da-ADM-Publica-Miolo-Online-07-12-10> >. Acessado em: 15 mar. 2013.

MACHADO, Geraldo; PINHO, Antônio; SOUZA, Celina; PASSOS, Elizete; VALENTE, Arnaldo. **Gestão Pública desafios e Perspectivas**. Salvador : Cadernos Flem Gestão Pública,

2001. Disponível em: < <http://www.flem.org.br/paginas/cadernosflem/pdfs/CadernosFLEM1-VersaoCompleta.pdf> >. Acessado em: 15 mar. 2013.

MARTINS, Humberto. **Administração para o desenvolvimento- a relevância em busca da disciplina**- FUNDAP. ano 1, n. 1, abril 2004.

Disponível em: < <http://pt.scribd.com/doc/42453553/Administracao-Humberto-Martins> >. Acessado em: 18 mar. 2013.

MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de Administração Pública**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de gestão pública contemporânea**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amru. **Introdução à administração**. 1 ed. São Paulo: Compacta, 2008.

MEC. Parecer CNE/CES 146/2002, de 3 de abril de 2002. **Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Direito, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Turismo, Hotelaria, Secretariado Executivo, Música, Dança, Teatro e Design**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0146.pdf>> Acessado em: 01 jun. 2013.

MEC. Resolução CNE/CES 04/2005, de 13 de julho de 2005. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências**. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces004_05.pdf > Acessado em: 01 jun. 2013.

Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. **Plano Diretor**. Brasília, 1995. Disponível em: < http://www.cebes.org.br/media/File/Plano%20Diretor%20da%20Reforma%20do%20Aparelho%20do%20Estado.pdf_>. Acessado em: 24 de fev. 2013

OLIVEIRA, Fátima Bayma de; SAUERBRONN, Fernanda Filgueiras. **Trajetória, desafios e tendências no ensino superior de administração e administração pública no Brasil: uma breve contribuição**. REv adm. publica 41(n.esp):149-170, 2007. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122007000700009>. Acessado em: Acessado em: 01 jun. 2013

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

PAULA, A. P. P. **Por uma Nova Gestão Pública**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2007 Disponível em: <http://books.google.com.br/books/about/Por_uma_nova_gest%C3%A3o_p%C3%BAblica.html?id=KGt09LGkvrIC&redir_esc=y>. Acessado em: 10 maio 2013.

PEREGRINO, Fernando Otávio de Freitas. **A nova administração pública no Brasil (1995/2009): uma avaliação do modelo de organização social na área da Ciência & Tecnologia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. Disponível em:

http://cbpfindex.cbpf.br/publication_pdfs/TESE060809-vF.2009_11_05_18_30_30.pdf>

Acessado em: 20 maio 2013

PERONI, Vera Maria Vidal. **Reforma do Estado e a tensão entre público e privado.** Porto Alegre: UFRGS, 2007. Disponível em: < http://www.ufrgs.br/faced/peroni/docs/Ministerio_Publico_1.pdf >. Acessado em: 15 abr. 2013

PIZZINATTO, N. K. **Ensino de Administração e o perfil do administrador:** contexto nacional e o curso de Administração da UNIMEP. Revista Impulso, v.11, n.º 26. p. 173-190, 1999. Disponível em: < <http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp26art11.pdf>>. Acessado em: 28 maio 2013

RODRIGUES, Miguel Ângelo Vilela. **A Nova Gestão Pública na Governação Local: O caso dos municípios dos distritos de Vila Real e Bragança.** Universidade do Minho. 2005. Disponível em: < [https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/1314/1/Tese\(2\).pdf](https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/1314/1/Tese(2).pdf) >. Acessado em: 24 fev. 2013

SANO, Hironobu. **Nova gestão pública e accountability:** o caso das organizações sociais paulistas. São Paulo: FGV/EAESP, 2003. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2419/70966.PDF?sequence=2> >. Acessado em: 29 nov.2012

SANTOS, André de Souza. **Trajatória do ensino de administração no Brasil:** uma tentativa de identificar o perfil do administrador e sua aceitação no mercado de trabalho da Bahia. Escola de Administração/UFBA em convênio com a Universidade Estadual de Feira de Santana. Salvador, Bahia, 2002. Disponível em: < <http://www.adm.ufba.br/publicacao/trajetoria-ensino-administracao-brasil-tentativa-identificar-perfil-administrador-sua>> Acessado em: 28 maio 2013

SANTOS, Isabella Benzaquen Habib; KAMIMURA, Ana Lúcia Martins. **Breves considerações sobre as novas tendências gerenciais do estado brasileiro e sua aplicação no sistema de compras brasileiro.** Revista da Católica, Uberlândia, v. 1, n. 2, 2009. Disponível em: < <http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv1n2/17-SERVICO-SOCIAL-01.pdf>>. 29 nov. 2012

SIQUEIRA, Carolina Lemos. **Gestão pública orientada para resultado: avaliando o caso de Minas Gerais.** Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/3484> >. Acessado em: 24 mar. 2013.

SIGAA. Disponível em: <<https://www.sigaa.ufrn.br/sigaa/graduacao/curriculo/lista.jsf>>. Acessado em: 4 de jun. 2013.

SOUZA, Celina. **A nova gestão pública.** Salvador, 2001. Disponível em:< <http://pt.scribd.com/doc/4869649/Nova-Gestao-Publica>> Acessado em: 30 dez 2012

TINÔNIO, Dinah dos Santos. **Políticas Educacionais e práticas educativas.** Natal, RN; EDUFRN, 2011.

UFRN. Disponível em: < <http://www.sistemas.ufrn.br/portalufrn/PT/historia>> Acessado em: 14 maio 2013

SIGAA. Disponível em: < http://www.sigaa.ufrn.br/sigaa/public/centro/portal.jsf?lc=pt_BR&id=443 >. Acessado em: 14 maio 2013.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos de pesquisa em administração**. 13. ed.- São Paulo: Atlas, 2011.

APÊNDICE A – Questionário

Este questionário visa avaliar a aceitação dos estudantes concluintes em 2012.2 e 2013.1 do curso de Administração da UFRN no que se refere às disciplinas focadas na Administração Pública.

I. PERFIL DO ALUNO

1. Sexo	<input type="checkbox"/> Masculino	<input type="checkbox"/> Feminino
---------	------------------------------------	-----------------------------------

2. Idade	<input type="checkbox"/> 18 - 25	<input type="checkbox"/> Acima de 50
	<input type="checkbox"/> 26 - 33	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/> 34 - 41	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/> 42 - 49	<input type="checkbox"/>

3-Trabalho:	<input type="checkbox"/> Empresa pública	<input type="checkbox"/> Pretendo ser func. Privado
	<input type="checkbox"/> Empresa privada	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/> Apenas Estudo	<input type="checkbox"/> Outro vínculo:
	<input type="checkbox"/> Pretendo ser func. Público	<input type="checkbox"/>

4- Ano de conclusão do curso:	<input type="checkbox"/> 2012.2	<input type="checkbox"/> 2013.1
-------------------------------	---------------------------------	---------------------------------

II. NOVA GESTÃO PÚBLICA

5-O que você entende por Nova Gestão Pública?

Resposta:

--

III. AVALIAÇÃO DAS DISCIPLINAS FOCADAS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

6- Você avalia ser satisfatória a quantidade de disciplinas focada na Administração Pública para a profissionalização de um Gestor Público?

Quanto à satisfação:	
	Satisfatório
	Pouco satisfatório
	Relativamente satisfatório
	Insatisfatório

7 - Como você avalia no curso de Administração a presença das seguintes disciplinas focadas em Administração Públicas?

Quadro A

- Poder, Política e Gestão

Quanto à presença:	
	Essencial
	Importante
	Certa relevância
	Irrelevante
	Não cursei

- Fundamentos da Administração Pública

Quanto à presença:	
	Essencial
	Importante
	Certa relevância
	Irrelevante
	Não cursei

- Planejamento Governamental

Quanto à presença:

	Essencial
	Importante
	Certa relevância
	Irrelevante
	Não cursei

- Orçamento Público

Quanto à presença:

	Essencial
	Importante
	Certa relevância
	Irrelevante
	Não cursei

- Novas Tecnologias na Gestão Pública

Quanto à presença:

	Essencial
	Importante
	Certa relevância
	Irrelevante
	Não cursei

- Estudos Organizacionais Contemporâneos

Quanto à presença:

	Essencial
	Importante
	Certa relevância
	Irrelevante
	Não cursei

8- É possível identificar, nas disciplinas focadas em Administração Pública, os fundamentos básicos abordados pela Nova Gestão Pública. Até que ponto você concorda:

Quadro B

a) Privatização do “público”- adotar práticas do setor privado:

	Concordo
	Discordo
	Desconheço

b) Concorrência empresarial - as contratações externas ou terceirização:

	Concordo
	Discordo
	Desconheço

c) Orientação ao cliente - consumidor ou usuário:

	Concordo
	Discordo
	Desconheço

d) A Administração Pública deve ser apartada da política:

	Concordo
	Discordo
	Desconheço

VI. CONCEITOS DA NOVA GESTÃO PÚBLICA

9 – Diferentes autores discorrem sobre o que vem a ser a Nova Gestão Pública. Abaixo segue quatro conceitos, escolha apenas uma das alternativas que melhor se enquadre no que você entende por Nova Gestão Pública e justifique.

- () A NGP é um modelo que imita os métodos gerenciais do setor privado;
- () A NGP pretende inculcar a noção de que a relação entre o cidadão e o serviço público é similar àquelas que ocorrem no mercado devendo ser conduzida nos mesmos moldes;
- () A Nova Gestão Pública ou a Nova Administração Gerencial é orientada predominantemente pelos valores da eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos e pelo desenvolvimento de uma cultura gerencial nas organizações.
- () Nova Gestão Pública é baseada na introdução de mecanismos de mercado e na adoção de ferramentas de gestão privada, para solucionar os problemas de eficiência da gestão pública.

10- Justificativa:

--